

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

ALDECI COSTA SOUSA

**ANALFABETISMO E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O
NÃO-ESCOLARIZADO NA SOCIEDADE LETRADA**

**FORTALEZA- CE
2003**

**ANALFABETISMO E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O
NÃO-ESCOLARIZADO NA SOCIEDADE LETRADA**

ALDECI COSTA SOUSA

Monografia submetida à coordenação do Curso de Especialização em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista pela Universidade Federal do Ceará.

FORTALEZA – CEARÁ

2003

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem, pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Aldeci Costa Sousa

MONOGRAFIA APROVADA EM: ___/___/___

Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca
Professora orientadora

RESUMO

O presente estudo apresenta uma breve visão histórica sobre as origens do analfabetismo no Brasil e os diversos conceitos que envolvem o tema: letramento, alfabetismo e alfabetização.

Numa sociedade, em que são valorizadas as práticas letradas advindas do saber escolarizado, coloca-se aqui o analfabeto na condição de marginalizado, por não exercer seu direito de cidadão e não dominar as habilidades de leitura, escrita e cálculo. Práticas estas imprescindíveis para a inserção do indivíduo no mundo moderno.

O trabalho em questão, é uma pesquisa de cunho bibliográfico, que visa demonstrar diferenças sócio-culturais entre grupos alfabetizados e não-alfabetizados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO	7
1.1. Evolução do Conceito	7
1.2. O que é Letramento	8
1.3. Alfabetismo e Letramento	9
1.4. Alfabetização e Letramento.....	10
CAPÍTULO 2	
PANORAMA HISTÓRICO DO ANALFABETISMO NO BRASIL	13
CAPÍTULO 3	
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA.....	17
CAPÍTULO 4	
A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA	19
4.1. Considerações do Analfabeto com Relação à Escrita	19
CAPÍTULO 5	
A ALFABETIZAÇÃO COMO FATOR DE CIDADANIA.....	22
5.1. Conformismo do Analfabeto e suas Condições de Vida	23
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
ANEXOS	29

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas o domínio da leitura representa o meio pelo qual se desenvolvem e interagem. As tarefas mais elementares do cotidiano são mediadas por práticas letradas: pegar um ônibus, realizar auto-atendimento no banco ou adentrar em qualquer outra instituição informatizada, etc. A leitura facilita o acesso a todas as áreas de conhecimento. No entanto, nem todos podem usufruir os bens advindos da cultura letrada, devido a fatores sociais, econômicos e políticos.

Aliada a outras mazelas, a falta de uma política educacional comprometida com o bem estar da maioria da população e que privilegie um projeto de construção da cidadania, gera um desequilíbrio social, resultando na miséria, desemprego, violência e, inevitavelmente, no analfabetismo.

Subtende-se que a escola, como principal agência de letramento, é o vínculo mais forte no sentido de propiciar conhecimentos necessários para que o indivíduo possa exercer os seus direitos de cidadão na sociedade.

É nesse ponto, que a formação da cidadania através da leitura, do saber sistematizado, propicia ao analfabeto condições para inverter a ordem social vigente.

O analfabetismo tem sido, ao longo da história, um dos principais fatores para a exclusão social de grande parte da população brasileira.

Uma sociedade que exige pleno domínio da leitura, da escrita, de cálculo e de outras práticas letradas, indubitavelmente acaba por excluir diversos aspectos culturais de pessoas desescolarizadas e, desse modo, dificultando sua inserção no mundo moderno. Partindo desse pressuposto, este trabalho tem por finalidade oferecer subsídios que ajudem os profissionais da educação a refletirem sobre o problema do analfabetismo no Brasil e suas conseqüências para o desenvolvimento do país. Sabe-se que a exclusão educacional e, conseqüentemente social, recai sobre as camadas menos privilegiadas da sociedade.

A relação entre analfabetismo e exclusão social tem por objetivos: identificar os fatores da exclusão social do analfabeto em vista de uma ação afetiva de conquista da cidadania por parte desses brasileiros; relacionar o conformismo dos analfabetos com a desigualdade social e cidadania com educação, enquanto condição de existência digna.

A educação básica é inerente à condição de cidadão. Direito este que está instituído na Seção I das Disposições Gerais do Art. 22 da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos superiores.

Por esta razão, houve a necessidade de abordar o problema do analfabetismo na sociedade, com o intuito de esclarecer as dificuldades e discriminações de que são vítimas. E, ainda colocar a sociedade a par dos acontecimentos que explicitam o surgimento dessa marginalização. Esta forma preconceituosa de conceber o analfabeto transforma-se em obstáculo que limita o desenvolvimento de suas potencialidades.

A oferta insuficiente de escolas, contribui para aumentar o índice de analfabetismo, acarretando, dessa forma, um alto grau de seletividade, em que grande parte da população não consegue permanecer na escola. Alguns, desde cedo, têm que trabalhar para ajudar no sustento da família, não vêm na escola, nenhuma perspectiva de prosperidade, só vindo mais tarde a valorizá-la.

O trabalho vem discutir a temática do analfabetismo através de uma pesquisa bibliográfica e divide os assuntos em: considerações sobre o conceito de alfabetização no 1º capítulo; panorama histórico, no 2º capítulo; a importância da escrita, no 3º capítulo; a importância da escrita, no 4º capítulo; e no 5º capítulo, finaliza com a alfabetização como fator de cidadania.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

1.1. Evolução do Conceito

Etimologicamente, o termo alfabetização é definido como “levar à aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever.

O conceito de alfabetização tem sido redimensionado, adequando-se a novos pressupostos em virtude das transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

Perrota citada por Neubauer et ali (1991, p.64), coloca em evidência essa evolução:

- **Ano de 1948** – definição adotada pela comissão da População das Nações Unidas:

“O alfabetismo é definido como a capacidade de ler e escrever um texto em alguma língua”.

- **Ano de 1960** – definido durante a II Conferência Mundial sobre Educação de Adultos:

“Aprender a ler e escrever é um objetivo muito restrito. A alfabetização só ganha sentido e efeito duradouro como parte de um programa que vise à educação geral do adulto”.

- **Ano de 1975** – declaração aprovada pelo Simpósio de Persépoles:

“A alfabetização não é só o processo que leva ao aprendizado das habilidades de leitura, escrita e aritmética, mais sim uma contribuição para a liberação do homem e seu pleno desenvolvimento. Assim concebida, a alfabetização cria condições para a aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade onde o homem vive e de seus anseios: estimula ainda a iniciativa e participação na elaboração de projetos capazes de agir sobre o mundo, transforma-lo e definir metas e objetivos de um desenvolvimento humano autêntico”.

São considerados analfabetos os maiores de 15 anos que não sabem ler nem escrever. Conforme Pnad (1996), estão nessa situação 15,5 milhões de brasileiros, o que corresponde a 14,7% da população (Almanaque Abril, 1999, p.155).

No que diz respeito ao conceito “Alfabetização” há um desencontro de informações acerca da faixa etária e dos conhecimentos necessários para se avaliar o nível de escolarização de uma pessoa. Se for ampliado o critério de alfabetização funcional para quatro anos de estudo, aumenta

consideravelmente o contingente de analfabetos. Estas contradições proporcionam, por sua vez, divergências quanto à porcentagem de analfabetos existentes no Brasil.

Segundo o Censo Demográfico/96 do IBGE, entre os brasileiros com idade igual ou superior a 15 anos, 48,78 % têm, no máximo quatro anos de estudos. Destes, 13,04% não chegaram sequer a freqüentar uma escola e outros 4,57% estudaram por apenas um ano conforme evidencia tabela abaixo:

População 15 anos	% do total	% acumulado
Sem instrução	13,04	13,04
Menos de um ano	1,14	14,18
1 ano	4,57	18,74
2 anos	6,05	24,80
3 anos	7,44	32,23
4 anos	16,55	48,78
5 a 7 anos	17,01	65,79
8 anos	9,46	75,25
9 a 11 anos	17,05	92,30
12 anos ou mais	6,84	99,15
Ignorado	0,85	100,0
Total		107.540,981

Fonte: Censo Demográfico IBGE/1996.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, feito em 1999 pelo IBGE (Almanaque Abril, 2002) o Brasil está entre a 7 nações latino americana com taxa de analfabetismo superior a 10%. Os analfabetos funcionais atingem 22,8 milhões de brasileiros o que equivale a 13,8% da população com mais de 15 anos.

1.2. O que é Letramento

O termo letramento não está dicionarizado por se tratar de um termo recente. Surgiu na segunda metade dos anos 80 nos discursos de especialistas das áreas da Educação e das Ciências lingüísticas. Kato apud Soares (2001, p.15) acredita que a língua falada culta “é consequência do letramento”.

O sentido empregado para o termo “letramento” surgiu da versão para o português da palavra *literacy*.

Etimologicamente a palavra vem do latim *littera* (letra), com o sufixo -*cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Portanto *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever.

Este estado de letramento não se resume simplesmente ao estado ou condição de quem adquiriu a habilidade de ler e escrever mas, sobretudo, ser outra pessoa, no sentido de ocupar outra condição social com conseqüências culturais, cognitivas, ter um pensamento diferenciado de quem não sabe ler e escrever, com conseqüências econômicas e lingüísticas.

Nos países desenvolvidos como: Inglaterra, EUA e França, já se avaliam o nível de letramento da população. Esta avaliação é baseada em números de anos de escolaridade e tem como principal objetivo diagnosticar o uso social que as pessoas fazem das práticas sociais de leitura e de escrita de que se apropriaram. O que interessa nestes países é o nível de letramento da população e não verificar se os jovens sabem ou não ler e escrever, isto é, se são alfabetizados.

Para avaliar o nível de letramento são utilizados instrumentos capazes de medir as habilidades de ler, compreender, usar textos em prosa, poemas, localizar e usar informações extraídas de mapas, tabelas etc. Em síntese: avalia a capacidade de fazer uso dos diferentes tipos de material escrito, compreende-lo e interpreta-lo.

Diante do exposto, letramento “é pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita”. (Soares, 2001, p.18)

1.3. Alfabetismo e Letramento

Alfabetismo é um termo que, embora dicionarizado, não faz parte do uso corrente mas significa “estado ou qualidade de alfabetizado”.

O termo analfabetismo “estado ou condição de analfabeto” não se resume apenas à condição de saber ler e escrever, como ratifica Soares (2001, p.20): “O analfabeto é aquele que não pode exercer em toda sua plenitude seus direitos de cidadão, é aquele que a sociedade marginaliza, é aquele que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas” (...)

Em contraposição, já o estado de quem sabe ler e escrever, que consiste no uso da leitura e da escrita de forma útil (diversão, lazer, informação, comunicação, interação), ‘só recentemente despertou o interesse dos educadores, evidenciando uma segunda realidade que é “o estado ou condição de quem sabe ler e escrever”. Daí o termo que melhor define esta condição “letramento” em detrimento da palavra alfabetismo que, como já foi dito, não é de uso corrente.

Sob esta ótica não basta só saber ler e escrever. Faz-se urgente saber também fazer uso dessas habilidades, para que se possa responder às exigências da sociedade.

Um fato que já evidencia esta mudança é a alteração no critério utilizado pelo censo, que durante muito tempo considerou alfabetizada a pessoa que assinasse o próprio nome, mas que atualmente considera alfabetizado aquele indivíduo que sabe ler e consegue escrever um bilhete simples. Mesmo sendo esta uma prática bastante limitada, por outro lado se evidencia a busca de um “estado ou condição de quem sabe ler e escrever”.

1.4. Alfabetização e Letramento

A prática de letramento extrapola o mundo da escrita. Apesar da escola ser considerada a principal agência dessa prática, esta também pode ser adquirida em outras fontes tais como: igreja, convívio familiar, a rua como lugar de trabalho etc. A diferença é que estas últimas, mostram orientações diferentes das praticadas na escola, que por sua vez atenta para o processo de aquisição de códigos, que seria a alfabetização em si. “Processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola”. (Kleiman, 1995, p.20).

Neste sentido a escola não se preocupa com o letramento, enquanto prática social, que fica a cargo das outras fontes, citadas anteriormente.

Carraher e Schliemann citados por Kleiman (1995, p. 20) em estudo similar, investigaram crianças que acompanhavam os pais em vendas ambulantes e que a partir dos 10 anos passaram a assumir responsabilidades pelos negócios, no sentido de se empenharem no atendimento e na resolução de cálculos matemáticos. Este sistema de resolução de cálculos, baseado primeiramente na observação, e em seguida através da prática, na interação com os fregueses, torna-se um processo de letramento mais eficaz do que os sistemas utilizados pela escola, no processo de alfabetização.

Em certos grupos sociais, o indivíduo pode exercer práticas de letramento, mesmo sem ser alfabetizado. Isto fica mais claro, através de exemplos dado por Soares (2001, p.24):

Um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser de certa forma letrado. Assim um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita tem presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feitas por um alfabetizado, se recebe cartas que outras lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que em geral

dita usando vocabulário e estrutura próprias da língua escrita), se pede a alguém que leia avisos ou indicações afixadas em algum lugar, este analfabeto é, de certa forma letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais da leitura e de escrita.

Na criança o processo ocorre da mesma forma, Kleiman (1995, p.18) ratifica:

Uma criança que compreende quando um adulto lhe diz: “Olha o que a fada madrinha trouxe hoje! “está fazendo uma relação com um texto escrito, o conto de fadas: assim, ela está participando de um evento de letramento (porque já participou de outros, como o de ouvir uma estorinha há antes de dormir); também está aprendendo uma prática discursiva letrada, e portanto essa criança pode ser considerada letrada, mesmo que ainda não saiba ler e escrever.

Esses exemplos evidenciam diferentes práticas sociais concebidas através do letramento em contraposição com o fenômeno alfabetização. O letramento está intrinsecamente relacionado com as condições sociais e econômicas do país. Portanto, a escola, ao partir para o processo ensino – aprendizagem de leitura e escrita, seja para criança ou adulto, deve partir de uma clara concepção dessas diferentes práticas e relaciona-las entre si. Não pode haver distinção entre alfabetizar e letrar, um não tem que vir antes da outra, as duas são feitas ao mesmo tempo.

Constatada a importância de alfabetizar letrando, convém lembrar que nem todas as classes sociais desfrutam homogeneamente dos mesmos conhecimentos, assim como nem todas têm as mesmas oportunidades. E, como as práticas de letramento têm a ver com atividades de leitura e escrita convém mais uma vez lembrar o alto índice de pessoas analfabetas no Brasil que vivem marginalizadas desse processo de evolução. Soares (2001, p.37) ratifica:

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural _ não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura _ sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente.

Há a hipótese de que tornar-se letrado é também tornar-se cognitivamente diferente: a pessoa passa a ter uma forma de pensar de uma pessoa analfabeta ou iletrada.

No Brasil, onde o analfabetismo se constitui num dos principais fatores de marginalização social, a escola é o principal, senão o único meio de acesso ao letramento do tipo valorizado pela sociedade vigente.

CAPÍTULO 2

PANORAMA HISTÓRICO DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Para entender o fenômeno do analfabetismo no Brasil, é necessário um breve mergulho na história para que se possa analisar a educação neste contexto.

No regime das capitanias hereditárias (1534 - 1549), não havia nenhuma preocupação com a educação escolarizada. Naquela época não havia notícias de escolas ou educadores, mesmo porque ainda não havia necessidade destes.

A organização escolar do Brasil Colônia, na fase jesuítica (1549 - 1759) está intrinsecamente ligada à política colonizadora portuguesa. A preocupação com a educação surgiu com o intuito de catequizar a população indígena e filhos de colonos para torná-los dóceis e submissos. Para a concretização desse fato chegam ao Brasil, juntamente com Tomé de Souza, quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega.

A princípio, os jesuítas ministravam a educação elementar aos brancos e índios, exceto aos negros e às mulheres. A educação média e superior era destinada à elite, detentora do poder político, econômico, portanto detentora também dos bens culturais. Nesse sentido, as primeiras escolas criadas foram para atender às exigências da classe dominante.

Esta ação educativa exercida pelos padres jesuítas, era espelhada na educação européia, portanto era uma imitação dos hábitos aristocráticos de Portugal, que foram absorvidos pela sociedade latifundiária e escravocrata do Brasil.

Neste contexto, o ensino que os padres jesuítas ministravam eram totalmente alheio à realidade da colônia, pois não qualificava para o trabalho, não tinha utilidade prática visível, para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo.

A educação jesuítica durou duzentos anos e influenciou todo o período colonial e imperial, atingindo a República sem sofrer qualquer modificação em sua estrutura, mas sempre excludente, fazendo aumentar os índices de analfabetismo.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos, em virtude da insatisfação generalizada de Portugal, que os culpavam pela crise econômica que assolava o reino. Culpava-os também pelo atraso cultural resultante de sua pedagogia livresca, acadêmica e aristocrática, subsidiada pelo fanatismo religioso (Romanelli, p.36).

Após treze anos, sem nenhuma modificação no sistema educacional, o governo o toma sob sua responsabilidade e implanta novas diretrizes para o ensino. Convém explicitar que não houve alterações concretas, uma vez que os futuros educadores, detentores da ideologia jesuítica, foram apenas reprodutores da educação já existente. A este respeito, Ana Maria Araújo Freire, (1993, p. 46) comenta:

Os jesuítas nos legaram um ensino de caráter literário, verbalista, retórico, livresco, memorístico, repetitivo, estimulando a emulação através de prêmios e castigos e que se qualificava como humanista clássico. Enclausurando os alunos em preceitos e preconceitos católicos, inibiu-os de uma leitura do mundo real, formando-os cidadãos discriminatórios, elites capazes de reproduzir “cristamente” a sociedade perversa dos contrastes e discrepâncias dos que tudo sabem e podem e dos que a tudo se submetem. Inculcaram a ideologia do pecado e das interdições do corpo. “Inauguraram” o analfabetismo no Brasil.

Os dados estatísticos revelam um elevado número de analfabetos no Brasil Império (1876) quando a população livre era de 8.419.672 habitantes e para 100 brasileiros, correspondiam 78 analfabetos (Nova Escola, Março/90).

As últimas décadas do império foram de intensas modificações na sociedade brasileira. A expansão da lavoura cafeeira, o processo de urbanização, redes telegráficas, instalações portuárias, ferrovias, fim da escravidão, início do trabalho assalariado, colocam o país no rumo da modernização. Observa-se que até então, a questão do analfabetismo, não era sinônimo de exclusão social. Concepção esta, que surgiu com o nascimento do capitalismo e a partir do qual, intensificam-se as diferenças sociais entre os que detinham o saber e os analfabetos.

Desde então, iniciou-se a luta pela integração da massa desescolarizada às exigências proposta pela ordem social vigente. A escolarização tornou-se meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos. Evidencia-se a partir daí, a discriminação para com as pessoas que não eram escolarizadas, devida esta ser condição para ocupar cargos políticos.

O advento do capitalismo industrial trouxe mudanças para a educação, havendo a necessidade de estender a escolarização à grande parte da população, para que pudessem operar os novos instrumentos de trabalho. Esta mudança acentuou-se principalmente nos centros urbanos, onde havia maior concentração dos bens de produção e exigência de mão-de-obra especializada.

A mudança no modelo econômico não atingiu todo o território permanecendo ainda, extensas áreas em que se praticava uma agricultura de subsistência, não havendo portanto, a necessidade de educação escolarizada. Essa disparidade contribuiu para que, no setor rural, o analfabetismo se mantivesse.

Na época, mesmo tendo ocorrido o aumento da expansão do sistema educacional, esta oferta não foi o suficiente para atender a população em idade própria para receber educação escolar.

A insuficiência da expansão do ensino evidencia-se até os dias de hoje, quando milhares de jovens deixam de estudar, seja por falta de vagas ou de escolas disponíveis em suas regiões.

O sistema escolar absorve apenas parte da população, e para isso utiliza um processo de seletividade. Além da “seleção” que os alunos são vítimas, existem os fatores de ordem social, econômica e cultural, a própria estrutura do sistema acaba por contribuir também, na “escolha” daqueles que freqüentarão a escola.

Os fatores dessa ordem, contribuem basicamente na luta desigual que o aluno trava pela permanência na escola, em vista de tratar-se de uma realidade totalmente diferente da que provém: são alunos que trabalham para sobreviver, vem de famílias humildes e analfabetas, que muitas vezes não conseguem ver sentido na vida escolar.

Quanto à estrutura do sistema escolar, a resistência da escola em se modernizar e adequar-se aos padrões da realidade dos alunos, acabam por afastá-los. Neste aspecto, em vez da escola ser um atrativo, um convite à cultura e ao saber, torna-se um lugar de conteúdos alienantes e enfadonhos. São estes alunos que não conseguem permanecer na escola, que farão parte da massa de excluídos da sociedade.

A primeira Constituição Republicana (1891), não se preocupou com a educação em geral, nem com o ensino particular. Anuiu responsabilidades aos Estados para com os ensinos primário, normal e o técnico profissional. A união era responsável pelo ensino secundário e superior de todo o país.

Nesta época, o Brasil tinha aproximadamente 85% de analfabetos e os mesmos foram excluídos do processo eleitoral sob a alegação de serem “incapazes de pensar e decidir, portanto de votar” Freire (1993, p.175). O verdadeiro objetivo dessa lei, transcrita na Carta Magna, era reduzir intencionalmente o número de eleitores para que pudessem perpetuar os direitos e privilégios de uma minoria.

Várias reformas educacionais foram decretadas para organizar o sistema educacional, como evidencia Ribeiro (1995):

- » Reforma Benjamim Constant – decretada em 1890 e posta em prática em 1891. Baseia-se na descentralização do sistema educacional; nos princípios liberais; na laicidade e gratuidade ao ensino primário. De acordo com esta Reforma, a escola seria composta por duas categorias: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos e 2º grau para crianças de 13 e 15 anos.
- » Reforma de Leôncio de Carvalho – determina a obrigação de freqüência às escolas primárias dos 7 aos 14 anos, para ambos os sexos; institui verbas para escolas particulares, desde que estas organizem cursos de ensino primário aos adultos analfabetos.

Constata-se que tais reformas não apresentaram resultados positivos, apesar do sistema educacional ter sido ampliado, não foi o suficiente para atender toda a população em idade própria para receber educação escolar. Portanto, a leitura e a escrita continuaram restritas a uma minoria.

Em 1920, mais da metade da população, a partir de 15 anos era analfabeta. No início do século, a taxa de analfabetismo das décadas de 60, 70, e 80 era respectivamente de 39%, 33,1% e 25,5%. (Almanaque Abril, 1995, p.152)

Nos primeiros 20 anos deste século, não houve avanços significativos na taxa de alfabetização. O progresso mais notável no empenho à queda do analfabetismo deu-se na década de 50 e 60, em consequência da instalação do ensino supletivo na maior parte dos municípios, nos turnos vespertino e noturno, para pessoas com mais de 14 anos. Este trabalho, foi realizado pela Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos.

O analfabetismo é um dos principais indicadores de subdesenvolvimento. Neste aspecto o Brasil, mesmo conseguindo mudanças representativas ao longo dos anos, ainda não superou o *déficit* de escolarização.

Neste contexto, o analfabetismo no Brasil tem suas origens no período colonial, firmado numa estrutura social que não privilegia a educação escolarizada, condenando grande parte da população à marginalização educacional.

A este respeito vale reproduzir as palavras de Ana Maria Araújo Freire (1993, p.237):

A despreocupação pela educação, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, é a consequência deste construir histórico que traz em seu bojo além do desprezo pelas camadas populares, a interdição de muitos ao conhecimento e, portanto, perpetua estes ‘infelizes’ páreas na incompetência, na “ignorância”, nas “trevas”, no “cancro”, no “banimento social”, na “proscrição moral” e na “vergonha” da “chaga” do analfabetismo.

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

A língua escrita, sem dúvida, é imprescindível para uma leitura crítica do mundo assim como possibilita o desenvolvimento de quatro habilidades para a prática social que são: falar, escrever, ouvir e ler. Portanto, a prática da leitura estimula a contestação, possibilita ao indivíduo maior autonomia sobre si mesmo e sobre os acontecimentos, além de desenvolver uma visão crítica do mundo.

O analfabeto vive num estado de “imersão”. A maioria não tem noção do espaço que ocupa, não consegue situar-se quanto ao país, ou quanto à situação política em que vivem. Conhecem o nome de sua cidade, mas não detêm um conhecimento contextualizado da extensão do mundo. Desconhecem a existência de outros povos, outras línguas e países diferentes. Desconhecem também a situação política e social do país.

Para comprovar o estado de “imersão” em que vive a maioria dos analfabetos, aqui estão os principais objetivos dos conhecimentos específicos trabalhados no processo de alfabetização de jovens e adultos (Projeto Alfabetizar é Construir – Fundação Roberto Marinho):

- » Resgatar sua identidade como cidadão;
- » Situar-se no tempo e no espaço, com relação ao trabalho que exerce, a comunidade em que vive, a sua cidade, estado e país;
- » Posicionar-se face aos acontecimentos próximos e distantes de sua realidade, no espaço e/ou no tempo;
- » Compreender a complexidade das relações sociais na família, no trabalho e na comunidade;
- » Compreender os fatos sociais, políticos e econômicos, reconhecendo suas causas, conseqüências e desenvolver uma visão crítica a respeito deles;
- » Desenvolver o espírito científico, observando os fatos do meio em que vive, comparando-os e chegando a conclusões.

O indivíduo quando não alfabetizado, encontra-se alheio, não há bagagem cultural que o faça compreender a complexidade dos acontecimentos que o cerca.

Surgem situações no cotidiano em que o analfabeto não consegue sair-se bem. É um fato que os deixa bastante incomodados:

- » Informar-se sobre acontecimentos importantes através de jornais e revistas;
- » Pegar ônibus certo pela leitura do letreiro e não pela cor;
- » Buscar informações relevantes para sua atividade profissional em material escrito;
- » Preencher uma ficha para poder empregar-se;

- » Assinar algum documento sem a necessidade de uma situação constrangedora ao usar a almofada e assinar com o polegar;
- » Quando têm telefone, não conseguem ligar no caso de uma necessidade;
- » Não conseguem retirar o dinheiro de sua aposentadoria no caixa eletrônico do banco.

São estas situações entre outras existentes que contribuem para a exclusão da classe dominada, pois é nesta que se encontra os analfabetos.

A este respeito é possível afirmar que os desenvolvimentos das habilidades cognitivas estão correlacionados com a prática letrada. O sujeito não escolarizado encontra dificuldades para aprender e explicar algum fenômeno. Não compreende com clareza uma mensagem e sente-se bastante impotente diante dos recursos do mundo moderno, que requerem maior poder de abstração. Kleiman (2001, p. 35) ratifica: “O analfabeto compreende mal o que ouve e responde de maneira bastante imperfeita às mensagens assim recebidas. O analfabeto precisa até de atenção mais aplicada ao que vê”.

Oliveira In Kleiman (2001, p. 148) afirma que a pessoa analfabeta tem o pensamento limitado pela experiência pessoal e pelo seu contexto concreto, enquanto que na pessoa alfabetizada este pensamento é proveniente de categorias abstratas que independem de vivências pessoais concretas e que:

A capacidade de elaboração cognitiva descontextualizada é talvez, a característica mais bem definida do modo de funcionamento intelectual letrado, sendo um atributo aparentemente ausente no desempenho típico dos membros dos grupos pouco letrados.

Para uma pessoa alfabetizada é possível a transmissão de uma informação através de ícones em um comercial, embalagens, folhetos de instruções promocionais etc. Portanto, mesmo quando o uso dessas formas iconizadas parece óbvio às pessoas escolarizadas, não ocorre o mesmo com o analfabeto, pois este reconhecimento requer familiaridade e informação prévia.

Nesta ótica, o analfabeto necessita de leitura, escrita, e sobretudo, de condições que o leve a refletir sobre as coisas e o mundo que o rodeia.

CAPÍTULO 4

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA

A etimologia da palavra escrever em grego (*gráfen*) e em latim (*scribere*) atesta a origem física da ação de escrever. Nas línguas semíticas a raiz da palavra escrever também está relacionada aos verbos “escavar” e “cortar” (*cataf* e *lectof*) do hebraico, e tem também a mesma raiz de “escrever”. (Zilberman et al.1995).

A escrita desde a sua criação sempre foi um dos mecanismos de transmissão e de acesso cultural, utilizado pela humanidade. Conferindo aos que a detinham, um lugar privilegiado na sociedade. O escriba, termo que denominava a quem possuía a técnica de escrever, independente de sua origem social, ocupava lugar de destaque junto à realeza

Os senhores de Império já utilizavam um tipo de escrita para contabilizar os bens armazenados pela nobreza, após as pilhagens e pagamentos dos tributos pelo súdito.

Segundo Kato (1986, p.12) “o homem tem inerentemente uma necessidade individual de se expressar e uma necessidade social de se comunicar”. Desse modo, a escrita, desde a sua origem, tem sido utilizada em várias circunstâncias: nas transações comerciais, nos registros de fatos, na expressão poética etc.

Situando a escrita e a leitura nas sociedades letradas, é lícito afirmar que estas são práticas básicas que possibilitam ao indivíduo crescer cognitivamente. Nesta perspectiva a escrita é ainda instrumento de comunicação e meio de acesso às informações, leituras poéticas e a outras formas de pensamentos.

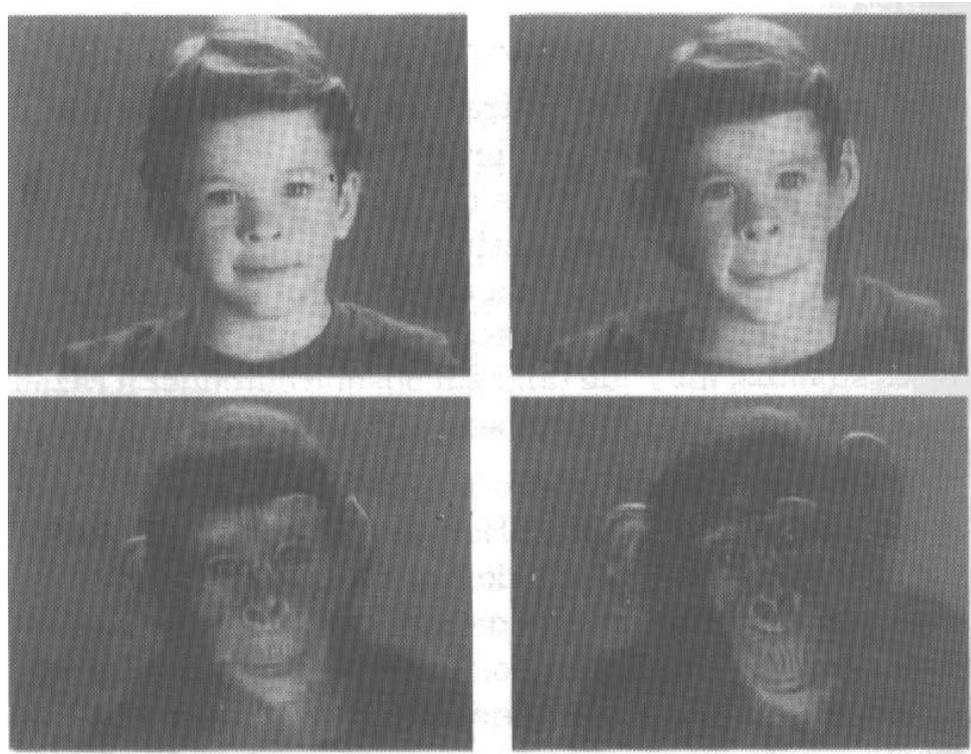
A escrita sempre foi símbolo de poder (ver anexo). Sempre esteve associada à situações em que, quem detém o poder da palavra e do discurso merece “respeito” e “admiração”.

É inegável que o valor da escrita só cresceu mais ainda com a evolução dos processos produtivos da sociedade contemporânea. Hoje, ela é mediadora da maior parte das atividades exercidas pelo indivíduo. Até ao nascer, este precisa de um registro escrito que o reconheça como tal.

4.1. Considerações do Analfabeto com Relação à Escrita

Muitos analfabetos sentem-se discriminados pelo fato da sociedade, fortalecer a idéia de que, quem não sabe ler e escrever é “inferior”. Eles sentem na pele este preconceito. Um exemplo típico está numa propaganda veiculada

pela televisão brasileira em 1992, em que o rosto de um garoto gradualmente se transforma em um chimpanzé ao mesmo tempo em que o seguinte texto era recitado:



Todo ser humano para ser totalmente humano precisa de educação e instrução. Esse é um direito que nunca lhe deve ser negado porque todas as vezes que esse direito é negado um ser humano não é mais humano. (Ratto apud Kleiman, 1995, p.270).

Pode-se fazer várias leituras desse contexto. Inclusive tentar sensibilizar a população para a questão do analfabetismo. Mas pode também subtender qual é a idéia que a sociedade concebe do indivíduo analfabeto.

Segundo a autora, a propaganda teve como objetivo reforçar a idéia do analfabeto como “diferente” e apenas reproduziu em imagens o que a própria sociedade institui à pessoa que não sabe ler e escrever: a condição de um primata.

Nessa direção a sociedade deixa bem claro que não existe lugar para um analfabeto na sociedade. E este, com base em alguns trechos de depoimentos colhidos de analfabetos, percebe este estigma e se auto-intitula por força dessa imposição.

Como já foi relatado, a escrita é um dos principais fundamentos do modo letrado de pensamento, portanto os trechos a seguir relatam o sentimento de impotência que muitos sentem por não usufruir desse processo, dessa prática social e da percepção do analfabeto com relação à sua marginalização na sociedade letrada. É o que Ratto, apud Kleiman (1995) comprova através do desenvolvimento de uma pesquisa sobre Letramento e Discurso.

O trecho a seguir faz parte do discurso de um analfabeto urbano, que diz:

– “O analfabeto não é assim ingênuo como parece”.

A análise dessa frase, permite, entrever que o analfabeto percebe que a sociedade o subestima. “Ele se refere a uma formação imaginária que permite pressupor uma afirmação do tipo: ele é ingênuo ou ele não é capaz como nós”. Ratto apud Kleiman (1995, p. 275).

O depoimento seguinte é de um líder comunitário na resposta à pergunta: “Como você se sente sem saber ler e escrever?”

– “ Para *mim* não é problema porque o importante é *falá*. Eu me sinto *inferiô* na hora de escrever porque quero *elaborá* um documento e tenho que pedir pra outras pessoas e se eu soubesse mesmo *escrevê* eu mesmo elaborava e escrevia aquilo que eu mesmo tenho vontade de *falá* (...)” Ratto apud Kleiman (1995, p.277).

O próximo depoimento é um relato, que constata a importância que os analfabetos atribuem à escrita:

– “(...) vixe a gente não pode viver sem a escrita. Se você vai arruma um serviço, vou arruma um serviço de quê? Trabalhar prus outros, faxina. Não posso trabalhar assim, que tem que marcar o carimbo lá né, tem que assinar o nome. Aí fica difícil, assinar o nome, toda se tremendo. Eu tô perto de muita gente pra mim assinar o nome, fico tremendo, parece que tão matando alguma coisa, fico tremendo. Por quê? Por que a gente treme quando a gente não sabe ler?” MAGALHÃES apud KLEIMAN (1995, p.219).

Com estes relatos percebe-se que os analfabetos sentem-se incomodados pela falta de escolarização. Acham-se inferiores por não dominarem a leitura e que no íntimo gostariam de exercer outra profissão advinda desta habilidade.

CAPÍTULO 5

A ALFABETIZAÇÃO COMO FATOR DE CIDADANIA

A palavra cidadania é muito usada atualmente. Possui um leque de significados: “Hoje significa em essência, o direito de viver decentemente”. (Dimenstein, 1999, p. 29).

Dimenstein afirma ainda que:

... cidadania é o direito de poder ter uma idéia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta (...) (1999, p. 29).

Neste sentido, será que é exercer cidadania votar sob pressão em favor de uns “trocados”? Será que o indivíduo que não tem o domínio da palavra escrita, e por esta razão encontra dificuldades para expressar suas idéias, está exercendo o seu direito de cidadão? Será que uma pessoa que desconhece por inteiro seus direitos, vive em estado de miséria e mesmo assim “compreende” que isto é “a vontade de Deus”, está usufruindo seu direito de cidadão? Nestes aspectos é lícito afirmar que a maioria dos “cidadãos” analfabetos não exerce a cidadania. “Só existe cidadania se houver a prática da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”. (Covre, 1998, p.10)

De acordo com a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no art. 2º do título II, dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Desta concepção comungam os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 45) que em seu texto:

... concebe a educação escolar como uma prática que tem a responsabilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

Enquanto a lei garante o direito à educação e a universalidade do conceito de cidadania assegura direitos iguais a todos, verifica-se que esta verdadeira democracia ainda não se encontra presente na sociedade brasileira.

Dessa forma, o descaso para com o cidadão comum só evidencia o agravamento do analfabetismo, devido a ausência de medidas eficientes para solucionar esta situação, contribuindo para o atraso cultural, social e econômico do ser humano. Sendo colocado dessa forma, numa condição de inferioridade, contribuindo também para o não desenvolvimento do país. Neste aspecto “o analfabetismo inibe o progresso e a produtividade, impede o avanço cultural e espiritual, e ajuda a manter a dependência crônica de sociedades inteiras.” (Correio Brasiliense apud Kleiman, 1995, p. 37).

A educação básica é inerente à condição de cidadão. Direito este que está instituído na seção I das Disposições Gerais do Art. 22 da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos superiores.

Sob esta ótica convém enfatizar mais uma vez a importância do saber sistematizado, pois é através da educação escolar que o indivíduo se prepara para desenvolver suas potencialidades, para seu engajamento na sociedade, no mercado de trabalho e na busca constante de melhores condições de vida.

Partindo desse pressuposto, o uso funcional da língua é fundamental para que o sujeito possa viver com dignidade. E conseqüentemente, conquistar um maior poder de participação no âmbito político, social e econômico.

A integração dos analfabetos na sociedade moderna como cidadãos críticos e participantes, depende da leitura, escrita, e domínio de cálculo. “(...) a leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para a inserção do homem moderno na sua cultura e na participação dos destinos políticos de sua sociedade”. (Silva, et al., 1990, p.56).

5.1. Conformismo do Analfabeto e suas Condições de Vida

A inserção do analfabeto na sociedade atual tem a marca da exclusão, devido este não possuir o domínio da leitura e da escrita, conhecimentos necessários para o desenvolvimento de atividades exigidas e valorizadas pela sociedade moderna.

Em virtude da própria formação cultural, os analfabetos são bastante ingênuos e conseqüentemente fáceis de serem manipulados. Constituem-se em presas fáceis dos políticos inescrupulosos que se aproveitam de sua vulnerabilidade para se auto-promoverem e reproduzirem a estrutura da sociedade atual, dividida em dominantes e dominados: Como observa Freire (1987, p. 144):

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas), tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder.

Para as pessoas analfabetas é muito mais difícil analisar criticamente as propostas dos candidatos, perceber suas contradições e informar-se sobre seu passado político. Assim como não possui condições para analisar a sociedade em que vive, os problemas que enfrenta. São em sua maioria, conformados com a desigualdade social em que estão inseridos, concebendo-a como “a vontade de Deus”.

O conformismo existente está relacionado à ideologia de inferioridade que cerca os analfabetos “pelo seu estado de imersão em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como situação limite que lhes parece intransponível” (Freire, 1987, p. 39). Portanto, de tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são os enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencerem de sua “incapacidade” (Freire, 1987,p.53).

No âmbito profissional torna-se cada dia mais difícil a inserção do analfabeto no mercado de trabalho, devido à crescente redução de vagas em conseqüência da crise social, política e econômica que atravessa o país. Dessa forma elevam-se os índices de desemprego, acentuando a disputa das vagas existentes. Neste contexto, os candidatos com mais tempo de escolarização, levam vantagem em relação aos não-escolarizados.

Com os avanços tecnológicos das últimas décadas, toda atividade profissional requer experiência comprovada, boas referências e, acima de tudo, escolaridade, para que o empregado possa manusear com destreza as ferramentas e máquinas. “Sem educação e treinamento, o operário é um desastre para si mesmo e para a empresa. 96% dos trabalhadores japoneses têm curso ginásial, 90% o colegial e 36% o superior. 50% dos nossos trabalhadores são analfabetos” Folha de São Paulo apud KLEIMAN (2001, p.36).

Dimenstein (1999, p.36) com base em uma pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), afirma que no ano de

1995, 47,8% dos empregados da cidade de São Paulo, não possuíam o primeiro grau completo. No país este percentual sobe para 75%. Estes dados, segundo a Organização Internacional do Trabalho, justifica o 1º lugar que o Brasil ocupa em acidentes de trabalho, uma vez que o analfabetismo impede que os operários conheçam as regras básicas de segurança.

Com a globalização e o desenvolvimento tecnológico, onde máquinas “inteligentes” substituem a custo muito menores a mão de obra humana em serviços braçais, que era onde o analfabeto melhor se adequava, agrava-se consideravelmente o índice de desemprego. Substituído pelas máquinas ou até mesmo por candidatos mais qualificados, o analfabeto ingressa no mercado informal, onde é menor a exigência do conhecimento escolarizado.

Desse modo, o avanço tecnológico enxuga os postos de trabalho na indústria ou em qualquer outra repartição, portanto, quem não tiver escolarização estará excluído do mercado de trabalho e do processo de modernização.

Com o desenvolvimento da informática, que já permeia quase todas as formas de acesso ao trabalho, evidencia-se a distância em que se encontra o analfabeto da realidade social. Surgem rapidamente novas máquinas com múltiplas funções que exigem do trabalhador o conhecimento escolarizado para a compreensão de suas funções e sua manipulação adequada.

Comprova-se que quanto mais tempo de estudo tem o indivíduo, menores são as possibilidades de desemprego. Al da escolaridade, vários outros fatores contribuem para que ele encontre emprego e melhores salários, tais como: fluência em língua estrangeira, pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado, acúmulo de experiência, entre outros. Cada vez mais o homem para conquistar e permanecer no mercado de trabalho tem que ser criativo, detentor de grandes conhecimentos e “o futuro , de acordo com os especialistas, não é das pessoas que apertam parafusos, mas de quem imagina um novo processo pelo qual os parafusos serão apertados”. (VEJA, 23 de setembro /98)

CONCLUSÃO

Observando a evolução histórica do analfabetismo no Brasil, verificou-se, relacionando cidadania e escrita, que a ausência desta contribui para o fortalecimento das desigualdades sociais. E que as pessoas analfabetas são em sua maioria conformadas com as condições em que vivem.

A ausência de educação que abrange uma faixa representativa da sociedade contribui para a formação acrítica por parte dos excluídos e, conseqüentemente, no atraso cultural da sociedade.

Constatou-se, também, que o analfabetismo é o reflexo das condições em que vive grande parte da população.

Na sociedade moderna, leitura é um pressuposto para o exercício da cidadania, enquanto condição de existência digna e de uma visão crítica da realidade. Dessa forma, o compromisso para com a educação deve se estender, sem distinção, a todas as camadas da sociedade, para que todos possam usufruir do processo de escolarização e dos benefícios que ela proporciona.

Ao abordar tema tão amplo, num espaço tão restrito, não se teve a pretensão de ser conclusivo. As considerações feitas no decorrer deste estudo não solucionarão os problemas que envolvem o analfabetismo, no entanto, espera-se contribuir para sensibilizar o governo e a sociedade para o problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril, 2002

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril, 1999.

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril, 1995

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é Cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1998 (Coleção Primeiros Passos, 250).

DIMENSTEIN, Gilberto. *O Cidadão de Papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. 16 ed. São Paulo: Ática, 1999.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394/96). Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista*. 2ª ed. rev. aumentada. São Paulo: Cortez, 1993.

KLEIMAN, Ângela (org.). *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Mercado das Letras: Campinas, 1995.

_____. *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Mercado das Letras: Campinas, 2001, 3ª reimpressão.

KATO, Mary A. *No Mundo da Escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 5ª ed. São Paulo, Ática, 1995.

MAGALHÃES, Isabel. *Práticas Discursivas de Letramento: a construção da identidade em relato de mulheres*. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.) *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Mercado das Letras, Campinas, 1995. (Cap. 3, p. 201-235).

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Letramento, Cultura e Modalidade de Pensamento*. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.) *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Mercado das Letras, Campinas, 1995. (Cap. II, p. 147-160).

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997, 1 v. em 10.

PINSKY, Jaime. *Cidadania e Educação*. São Paulo Contexto, 1998.

- RATTO. *Ação Política*: fator de construção do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.) *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Mercado das Letras, Campinas, 1995. (Cap. 3, p. 201-235).
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 16 ed. Petrópolis : Vozes, 1994.
- RIBEIRO, Maria Luíza Santos. *História da Educação Brasileira: organização escolar*. 14 ed. rev. Amp. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1995.
- SILVA, Rose Neubauer da; ESPOSITO, Iara Lúcia. *Analfabetismo e Subescolarização: ainda um desafio*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991 (Polêmica do Nosso Tempo).
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (Orgs.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo, 1995.

ANEXOS